



REALIDADES MUNICIPAIS



1 NOVOS ASPECTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA CIDADE DE SÃO PAULO: CIDADANIA, MIGRAÇÃO, TRANSVERSALIDADES (JUVENTUDE, GÊNERO E RAÇA), SAÚDE, MOBILIDADE URBANA, SEGURANÇA, EDUCAÇÃO, OCUPAÇÃO DO SOLO E ZONEAMENTO, INDICADORES DE ECONOMIA, CULTURA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

São Paulo terá Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres (CMPM)

O decreto 56.702, publicando no Diário Oficial em 9/12/2015, criou o CMPM para incentivar e ampliar a participação das mulheres da sociedade civil nas políticas públicas da Prefeitura. Composto por 50 mulheres - 25 da administração municipal e 25 representantes eleitas pela sociedade civil - terá a função de propor, avaliar e fiscalizar ações de promoção da igualdade de gênero.

Vinculado à Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres (SMPM), o CMPM tem caráter consultivo e deliberativo e consolida a participação das mulheres da sociedade civil no controle social e na formulação, em conjunto com o poder público, de ações que integrem cada vez mais e todas as mulheres na política, economia, cultura e todos os âmbitos da cidade.

Após realizar uma Audiência Pública na Câmara Municipal em outubro com essa temática, a SMPM acolheu as sugestões da sociedade civil, movimentos e entidades para a elaboração do decreto.

O CMPM será composto por 50 mulheres, paritário entre o Poder Público Municipal e a sociedade civil. Estas serão escolhidas pelo voto direto em eleição, sendo 15 representantes de entidades, associações e movimentos nacionais e locais com atuação comprovada na temática de gênero e políticas para as mulheres; e 02 representantes de cada uma das regiões da cidade.

Os Fóruns Regionais de Políticas para as Mulheres, política implementada pela SMPM, farão parte da articulação e do processo eleitoral, de forma a certificar o monitoramento e controle social em todos os territórios da cidade. A sociedade civil e o poder público em parceria para mais avanços nas políticas para as mulheres na cidade! #Fazendooqueprecisaserfeito

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/politicas_para_as_mulheres/noticias/?p=208586

Situação dos medicamentos na Rede Municipal

A Secretaria Municipal da Saúde (SMS) informa que possui uma rede de 570 farmácias e mais de 270 itens na lista de medicamentos dispensados.

Destes, **10 (Espironolactona 25 mg, Sinvastatina 10 mg, Captopril 25 mg, Mononitrato de isossorbida 20 mg, Diclofenaco sódico 50 mg, Dipirona sódica 500 mg/ml frasco 10 ml, Hidroclorotiazida 25 mg, Hidróxido de alumínio 60 mg/ml a 63 mg/ml frasco 150 ml e Loratadina 10 mg)** estão no site/aplicativo Aqui Tem Remédio, com status “em processo de compra”. Ressaltamos que já há entrega agendada pelos fornecedores no Almoxarifado Central para até o dia 31 deste mês.

Assim, até a segunda quinzena de abril, todas as farmácias terão estes medicamentos: Sinvastatina 10 mg, Carvedilol 6,25 mg e Ibuprofeno 300 mg com o estoque normal. Todas as farmácias são abastecidas a cada oito dias úteis.

A SMS registrou para alguns medicamentos consumo acima da média histórica. É o caso do Carvedilol 12,5 mg, que chegou dia 1º deste mês, foi distribuído, e esgotou antes do prazo. Nova compra foi realizada, e o abastecimento está previsto para a 1ª quinzena de abril.

Por ser a maior rede municipal de saúde do Brasil, há casos em que os fabricantes não conseguem produzir a quantidade necessária para suprir a demanda da rede do município de São Paulo. Esse fato gera transtornos à SMS e aos pacientes. O Espironolactona 100 mg está com a entrega em atraso pelo fornecedor.

Nesta semana, chegaram ao Almoxarifado Central os seguintes medicamentos:

Clonazepam 2 ml Levedopa 10 ml + Benseraizida 25 mg Loradatina 1mg/ 1ml – Frasco 100 ml Mipramina 25 mg Fluoxetina 20 mg Clorpromazina 25mg Isossorbida 20 mg Diclofenaco 50mg

Logo, o abastecimento das farmácias está sendo normalizado. Medicamentos disponíveis nas farmácias da Rede Municipal:

Sivastatina 20mg e 40mg Losartana 50mg Gliclazida 30mg Ciprofloxacino 500mg Enalapril 5mg Metformina 500 mg e 850 mg

As informações do site/aplicativo Aqui Tem Remédio são atualizadas diariamente, ao fim do dia, de acordo com a movimentação de estoque das unidades. Caso o paciente pesquise o medicamento num dia, poderá ocorrer de não encontrá-lo caso faça-o muito tempo depois de verificado no site/aplicativo.

Os dados do aplicativo são uma fotografia do dia anterior. São visualizados apenas quando o estoque está acima de 35% da capacidade das unidades, para evitar que o estoque chegue ao fim. Os medicamentos com status “em processo de distribuição” foram recebidos na CDMEC e comporão as próximas entregas no cronograma. O sistema está em constante aperfeiçoamento e representa um avanço, pois garante ao usuário transparência na dispensação dos remédios.

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/noticias/?p=214353>

Casos confirmados de dengue caem 47% nos dois primeiros meses de 2016

População mais engajada na eliminação de criadouros e ação pioneira da Prefeitura de utilizar larvicida BTI em locais estratégicos contribuiu para a queda de casos confirmados. Presença de larvas do *Aedes Aegypti* em terrenos caiu de 55% para 17%

Da Secretaria Executiva de Comunicação

O secretário municipal de Saúde, Alexandre Padilha, apresentou na tarde desta segunda-feira (28) um novo balanço sobre a situação de transmissão da dengue, da febre chikungunya e do zika vírus na cidade de São Paulo. Mesmo com o aumento no número de notificações, ou seja, de casos suspeitos até a 8ª semana epidemiológica, os dados apontaram uma queda de cerca de 47% no número de casos confirmados da doença na comparação com o mesmo período de 2015. Nas oito primeiras semanas epidemiológicas deste ano, foram 21.934 casos de dengue notificados e 3.484 confirmados. No mesmo período do ano passado, foram 14.361 casos notificados e 6.653 casos confirmados.



De acordo com o Padilha, além de um engajamento maior da população na eliminação de criadouros do mosquito *Aedes Aegypti*, a ação pioneira da Prefeitura de utilizar larvicida BTI em pontos estratégicos (como terrenos baldios) e imóveis especiais (como escolas e rodoviárias) contribuíram para a redução. Segundo estudo da Secretaria Municipal da Saúde, com a aplicação do larvicida, iniciada no ano passado, a positividade de larvas do mosquito em terrenos baldios e ferros velhos, por exemplo, caiu de 55% em 2015 para 17% neste ano. Em locais como rodoviárias e escolas, a positividade de larvas do *Aedes* caiu de 15% para apenas 2,5%.

“Certamente essa estratégia inovadora da Prefeitura de São Paulo na utilização de larvicida e concentrar um trabalho nos imóveis especiais, reduzindo a presença das larvas, ou seja, reduzindo os pontos de criadouros, têm um papel muito importante na redução desses casos em 2016, comparado com 2015. Nós também estamos sentindo a população mais atenta ao problema. Foi mais fácil para os agentes de vigilância entrarem nas casas, as pessoas estão mais abertas e mais preocupadas com os focos tradicionais do mosquito”, disse o secretário.

O balanço também mostra que a incidência da doença na capital paulista é menos da metade do que a registrada em todo o Estado de São Paulo. A taxa de incidência da dengue na cidade é de 30,4 por 100 mil habitantes, enquanto em todo o Estado de São Paulo o coeficiente de incidência é de 73,1 por 100 mil habitantes. Em todo o Brasil, o coeficiente é de 57 por 100 mil habitantes e, na região Sudeste, de 112,7.

Os distritos com maior número de casos estão na zona leste de São Paulo, como Lajeado, com 251 registros e incidência de 150 casos por 100 mil habitantes, e Penha, com 209 registros e taxa de 162,3 casos por 100 mil habitantes. Em seguida, estão Cangaíba, com 94 casos; Sacomã, com 86; e Itaquera, com 84. Por conta disso, duas tendas foram montadas nas unidades básicas de saúde (UBSs) Chabilândia, no Lajeado, e Cangaíba, na Penha. Desde então, esses equipamentos realizaram 3.295 atendimentos. Até a 8ª semana epidemiológica, uma morte por dengue foi confirmada no município.

“Tínhamos um cenário bastante preocupante, mas o esforço e empenho da população, trabalho dos profissionais de saúde e da imprensa parecem ter permitido esse grande esforço de redução de casos em São Paulo”, afirmou Padilha.

Apesar do panorama melhor que o registrado em 2015, a Prefeitura segue realizando diversas ações para eliminar os focos do mosquito *Aedes Aegypti* e para auxiliar os municípios que são infectados pela doença. Já foram realizadas 34.285 nebulizações em diferentes bairros, agentes de saúde visitaram 782.627 residências, e mais de 1,1 milhão de recipientes foram vistoriados. Somente entre os dias 12 e 19 de março, foram realizadas ainda sete operações Cata Bagulho em seis subprefeituras diferentes e 21 ações educativas em 14 diferentes regiões. Em ações conjuntas com o Exército, 11.364 imóveis foram visitados, e 57.297 recipientes vistoriados.

“Nós não podemos baixar a guarda. O trabalho que temos feito tem sinalizado que o que aconteceu em março é que se intensificou essa redução, mas não podemos baixar a guarda ou então reaparece. Se deixar uma semana sem fazer aquela faxina em casa, sem cuidar dos focos e nossos agentes pararem de visitar, pode acontecer um recrudescimento dos casos de dengue na cidade, além do fato da presença do *Aedes* preocupar em função de Chikungunya e zika vírus. Não queremos esse cenário na cidade de São Paulo”, disse o secretário.

Zika e Chikungunya De acordo com o balanço apresentado, foram confirmados cinco casos autóctones, ou seja, contraídos em São Paulo, de febre Chikungunya nas oito primeiras semanas epidemiológicas deste ano, sendo três em Sacomã, um em Pirituba e um na Vila Curuçá. Em 2014 e 2015, não foram registrados casos autóctones da doença na cidade. Em relação ao zika vírus, o registro permanece em apenas um caso autóctone confirmado da doença na capital paulista, além de quatro pessoas infectadas que são residentes em outros municípios. Estão em investigação 153 casos da doença.

“Assim como temos de ter clareza que a dengue, quando voltou para o Brasil veio para ficar, temos que trabalhar com a hipótese de Chikungunya e zika vírus como doenças endêmicas e que o controle do *Aedes* tem que ser constante. Vamos trabalhar o ano inteiro no combate e temos que continuar. Mesmo enfrentando as questões estruturantes, como saneamento e o clima, enquanto não tiver vacinas para essas doenças, temos que combater permanentemente como doenças endêmicas”, afirmou Padilha

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/noticias/?p=214465>

Apresentação O Plano de Mobilidade de São Paulo –

PlanMob/SP 2015 é o instrumento de planejamento e gestão do Sistema Municipal de Mobilidade Urbana, ou seja, dos meios e da infraestrutura de transporte de bens e pessoas no município, para os próximos 15 anos.

O plano foi elaborado pela Prefeitura do Município de São Paulo – PMSP com apoio técnico da Secretaria Municipal de Transporte e das empresas públicas SPTrans e CET, em parceria com as demais secretarias municipais afeitas aos temas da mobilidade urbana, do desenvolvimento urbano e do parcelamento e uso do solo, notadamente a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

O PlanMob/SP 2015 foi preparado em atendimento à Lei Federal nº 12.587 (promulgada em três de janeiro de 2012) que estabeleceu a Política Nacional de Mobilidade Urbana – PNMU. A Lei Federal determinou que todos os municípios acima de 20 mil habitantes devem elaborar um plano de mobilidade urbana.

O PlanMob foi elaborado atendendo também a política municipal de mobilidade urbana expressa do Plano Diretor Estratégico de São Paulo – PDE 2014, conforme Lei Municipal nº 16.050, que em seu artigo 229 determina tanto a elaboração como um programa de conteúdo mínimo a ser abordado. Para a elaboração do PlanMob a Prefeitura Municipal constituiu em agosto de 2014 um grupo de Trabalho Intersecretarial (GTI/PlanMob) com representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU, Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente – SVMMA, Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEMPLA, Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB, Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida – SMPED, Secretaria Municipal de Transportes – SMT, além das empresas públicas vinculadas à SMT: São Paulo Transporte – SPTrans e a Companhia de Engenharia de Tráfego – CET.

O PlanMob/SP 2015 é, portanto, a referência técnica e a proposta estratégica que trata do Sistema de Mobilidade Urbana, além de orientar a política municipal de mobilidade urbana em nome do interesse coletivo, indicando os princípios, diretrizes e ações dessa política, apontando ações e medidas futuras complementares fun-



damentais que porventura escapem ao contorno técnico do plano. O PlanMob trata do papel representado pelos diversos componentes do Sistema de Mobilidade Urbana, tal como apresentados no artigo 225 da seção I do capítulo V do PDE 2014.

Um Decreto Municipal regulamentará os princípios e preceitos do artigo 229 do PDE 2014 na medida em que instituirá formalmente, conforme previsto naquela lei, o Plano de Mobilidade do Município de São Paulo.

O Plano de Mobilidade do Município de São Paulo foi elaborado entre os anos de 2013 e 2015. Segue as legislações e normas federais, estaduais e municipais que regulam o tema da mobilidade urbana e seu conteúdo foi desenvolvido tendo como referência os diversos planos de transporte e estudos técnicos elaborados anteriormente pelo Executivo municipal. Considera a evolução da produção acadêmica sobre a temática, assim como as diversas contribuições mais recentes produzidas pela sociedade civil.

Os documentos técnicos utilizados como referência para o Plano são citados nas referências técnicas. O presente documento mostra o resultado das ações de transporte aplicadas e em implantação pelo município. Traz uma análise dos resultados obtidos que foram desenvolvidos de 2013 a 2015 e que estão coordenadas segundo essa proposta estratégica. Um dos preceitos fundamentais que orienta o desenvolvimento de uma nova política de mobilidade urbana para o Município de São Paulo – MSP é a coordenação da política de transporte e circulação com o plano de desenvolvimento urbano.

O desafio assumido com a proposta dos Eixos de Estruturação da Transformação Urbana do PDE 2014 associa, intrinsecamente, o desenho da rede de transporte de média e alta capacidade com a delimitação de áreas destinadas ao adensamento de atividades de emprego e moradia. Uma das decorrências em longo prazo da adoção da política preconizada será a redução do número excessivo de viagens pendulares motorizadas no âmbito municipal. Outro preceito fundamental que norteia esta política é o estabelecimento de uma necessária priorização do uso do espaço viário urbano pelo transporte público coletivo, pelo transporte ativo e pelos deslocamentos a pé.

O espaço viário urbano é escasso e essa priorização é fundamental para a eficiência do transporte coletivo bem como para a garantia de um deslocamento seguro e eficaz do transporte ativo.

Neste contexto o deslocamento a pé, que tem prioridade sobre os demais, é visto não apenas como um modo de transporte, mas como uma atividade básica do ser humano a ser plenamente assegurada. Considerou-se também a necessidade de vinculação entre as políticas de transporte dos diversos municípios conurbados da Região Metropolitana de São Paulo – RMSP, pois os maiores municípios vizinhos a São Paulo são importantes na composição das viagens metropolitanas, visto que a economia destas cidades é totalmente interdependente. A lógica de produção dessas viagens é regionalizada e os fluxos resultantes ocorrem em toda a infraestrutura viária disponível. Dessa forma, é necessário que a abordagem do plano tenha um caráter metropolitano.

O planejamento da mobilidade urbana em São Paulo não se encerra com a publicação de um plano estratégico. Ao contrário, o planejamento é uma atividade permanente em que novas tecnologias, dados e processos vão sendo incorporados na medida em que surgem ou são ofertados.

Nesse sentido é importante esclarecer que insumos fundamentais ao planejamento da mobilidade ainda não deverão estar disponíveis antes do limite para a conclusão do PlanMob/SP 2015: a pesquisa de circulação do transporte de carga em São Paulo coordenada pela CET em 2014/15; o desenho da futura rede de linhas de transporte coletivo da cidade contratada pela SPTrans no início em janeiro de 2015; a conclusão do processo licitatório do serviço de transporte público coletivo realizado pela SMT em 2015; a avaliação do projeto piloto de entrega de cargas noturnas coordenado pela CET; a pesquisa de desempenho da nova rede cicloviária e a consolidação do inventário de emissões do transporte coletivo. Cabe registrar ainda: a recente promulgação do Decreto nº 56.232/2015 que confere nova regulamentação à lei do transporte municipal, a Lei nº 13.241/2001; e a promulgação da Lei Federal nº 13.089/2015, o Estatuto da Metrópole com seus planos de desenvolvimento integrado que constituirão outras referências para a questão da mobilidade urbana. Dessa forma, o plano ocorre concomitante a pesquisas e estudos importantes para a formulação de cenários e para definição de políticas públicas, que ainda estão em andamento, assim como convive com novas ações de governo que fazem parte de projetos de mobilidade e acessibilidade, cujos resultados só serão totalmente conhecidos posteriormente à apresentação formal do PlanMob/SP em dezembro de 2015.

Essa condição de trabalho impõe ao Plano um caráter mais estratégico que propositivo, deixando um conjunto de ordenamentos dependentes de análises dos resultados das pesquisas e da avaliação do desempenho de projetos que só poderão ocorrer a posteriori.

O PlanMob/SP 2015 procura colaborar com a definição de conceitos em torno da mobilidade e acessibilidade urbanas, elabora um diagnóstico sobre a situação atual da mobilidade urbana no MSP e faz um prognóstico a partir deste cenário de referência em que elenca ações e infraestruturas necessárias.

O Plano também define os contornos da nova política de transporte e circulação agora entendida como um conjunto de princípios, objetivos e diretrizes para um conceito mais amplo de mobilidade urbana. De igual forma o plano apresenta uma proposta de rede de transporte coerente com a estratégia de favorecer o transporte coletivo e o transporte ativo.

Definições:

Principais O conjunto de definições a seguir tem como objetivo dar maior precisão ao entendimento dos conceitos utilizados no PlanMob/SP 2015. 2.1.1 Acessibilidade Em seu sentido mais amplo a acessibilidade é um atributo do espaço.

O espaço urbano, em suas diversas escalas, pode ser considerado tão mais acessível quanto mais abrangentes e adequadas forem suas infraestruturas de acesso.

Cada região da cidade tem maior ou menor acessibilidade em função do padrão da infraestrutura de transporte e deslocamento. Ao mesmo tempo a acessibilidade em suas diversas escalas é instrumento de equiparação das oportunidades. Por exemplo: uma avenida dotada de acessibilidade universal nos passeios, com prioridade para o transporte coletivo no sistema viário e atendida por transporte de alta capacidade garante uma ótima condição de acessibilidade.

Nessa definição, a acessibilidade não é entendida como um atributo econômico ligado ao valor das tarifas do transporte, o que não impede a busca da modicidade tarifária enquanto meta. O congestionamento viário, por sua vez, é uma condição do uso e não um fator para a avaliação da acessibilidade de uma via ou região.



Mobilidade:

Da mesma forma a mobilidade é um atributo do indivíduo e expressa sua capacidade de se deslocar pelo território da cidade. Essa capacidade varia em função de sua condição social, ou seja, um indivíduo terá maior ou menor mobilidade quanto maior ou menor for sua renda. Assim, a definição de mobilidade considera, sobretudo, a dimensão econômica dos deslocamentos e pode ser avaliada em função da renda familiar. Pessoas ou famílias de maior renda tendem a fazer um maior número de viagens. A condição de mobilidade de um conjunto de pessoas pode ser verificada quando transformada em um indicador técnico denominado “taxa” ou “índice” de mobilidade. Esse indicador é calculado dividindo-se o total de viagens realizadas pelo total da população residente em uma região. Além disso, o indicador pode ser aprimorado para atingirem resultados específicos como a taxa de mobilidade motorizada, que exclui as viagens feitas a pé. Na eventualidade do indivíduo ter sua movimentação restringida pela má qualidade das infraestruturas urbanas, a restrição é função da falta de acessibilidade ao espaço e não uma perda de mobilidade do indivíduo.

Mobilidade Urbana:

No contexto do PlanMob/SP 2015 a mobilidade urbana é, acima de tudo, um atributo das cidades. Considera um amplo conjunto de predicados que uma aglomeração urbana possui que são próprios ou favorecem uma mobilidade mais qualificada e eficiente. O transporte público coletivo é apenas um de seus componentes. A mobilidade urbana também é qualificada pela presença de transporte de alta capacidade, de acessibilidade universal nos passeios e edificações, de prioridade ao transporte coletivo no sistema viário, de terminais de transporte intermodais, da rede de transporte coletivo por ônibus, de acessibilidade universal na frota de coletivos, de uma rede cicloviária, da existência de bicicletários e paraciclos, de uma boa legibilidade dos sistemas de orientação, de uma comunicação eficaz com os usuários, da modicidade tarifária e de uma logística eficiente no transporte de carga, entre outros itens

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/planmobsp_v072_1455546429.pdf

Guardas Civis Metropolitanos serão treinados para combater o tráfico de pessoas na capital

Quarenta Guardas Civis Metropolitanos serão treinados pelo Ministério da Justiça para auxiliar no combate ao tráfico de pessoas de forma operacional e preventiva. Esses homens serão indicados ao centro de formação e receberão instruções de dirigentes da Secretaria Nacional de Segurança.

Nesta segunda-feira (27), na inauguração da Semana de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, o secretário municipal de Segurança Urbana, Ítalo Miranda Junior, apresentou o projeto no centro da cidade.

“A capacitação permitirá que os GCMs atuem como agentes multiplicadores para os restantes das tropas e a atuação será como foco, a prevenção, detecção de casos de tráfico de pessoas, em situações como: cárcere privado, trabalho escravo, exploração sexual, além de ajudar na identificação e denúncia, repassando informações tanto para Ministério Público do Trabalho, como para a Polícia Federal”, diz Miranda

O Secretário de Segurança Urbana, também informou que as aulas estão previstas para terem início na próxima semana.

A ação faz parte da criação do Comitê contra o enfrentamento do tráfico de pessoas no município da qual fazem parte as Secretarias Municipais de Segurança Urbana e Direitos Humanos e Cidadania. Com o lema “Liberdade não se Compra Dignidade não se Vende”, a Semana de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que vai até dia 31, em todo o País, terá pontos turísticos da cidade, iluminados em azul, como forma de sensibilização.

Há também a Gift Box, uma grande caixa de presente, que está exposta em frente ao Teatro Municipal da capital paulista. O objeto é chamar a atenção das pessoas e um convite para abrir e entrar. Porém, quando aberta, apresenta uma dura realidade, com imagens e relatos de vítimas do tráfico de pessoas. As denúncias poderão ser feitas por meio dos telefones 153 GCM.

Estiveram presentes ao evento, o Secretário Adjunto da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Rogério Sotilli, Secretária Executiva do Gabinete de Gestão Integrada (GGI) da SMSU, Maria Angélica Spagnuolo Molina, Procuradora chefe do Ministério Público do Trabalho, Cláudia Regina Lovato e Diretora Executiva da Associação Twenty Seven Milion.

A política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas foi estabelecida pelo Decreto Federal nº 5.948 e na cidade, pela Portaria Intersecretarial nº 01 /SMSU/SMDHC/2015, que instituiu o Comitê na cidade de São Paulo. O COMTRAP/SP é vinculado a SMSU, sob a coordenação do Gabinete de Gestão Integrada (GGI).

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/seguranca_urbana/noticias/?p=200219

Guarda Civil Metropolitano tem formação voltada ao público LGBT

A Guarda Civil Metropolitana tem formação voltada ao público LGBT. É uma das matérias na formação dos guardas no Centro de Formação em Segurança Urbana

A disciplina Gênero, Identidade e Orientação Sexual fazem parte da grade curricular, Direitos Humanos e Cidadania, do Curso de Formação do Guarda Civil Metropolitano 3ª Classe, quando ingressa na Instituição

De acordo com o coordenador do Programa de Proteção a Pessoa em Situação de Risco, João Paulo Guilherme dos Santos, o GCM tem formação voltada ao respeito aos Direitos Humanos e todas as minorias e suas ações são integradas à rede de Proteção Social, formada pelas secretarias: SMSU – Secretaria Municipal de Segurança Urbana, SMADS – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, SMS – Secretaria Municipal de Saúde, SMPP – Secretaria Municipal de Participação e Parceria e SMDHC - Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, voltadas a uma cultura da paz, na cidade de São Paulo. Com a inauguração da unidade móvel da prefeitura para atendimento específico à comunidade LGBT, que oferece exames médicos, encaminhamento psicológico e recebimento de denúncias de homofobia e transfobia, no largo do Arouche, a GCM está apta para atuar em conjunto com o município e garantir a segurança do público que precisará ser atendido de quinta a domingo, das 18 às 23 horas.

A escolha do Largo do Arouche como base para a Unidade Móvel deve-se ao grande movimento de público e estabelecimentos privados de socialização LGBT, como bares, boates, saunas, entre outros. Por essa característica, o local tem se tornado um



ponto de turismo LGBT, inclusive sendo citado em Guias especializados e recebendo, anualmente, turistas de diversas partes do Brasil e do mundo. Aos finais de semana, dezenas de jovens, especialmente de regiões periféricas da cidade, se reúnem no local em busca de diversão.

Informações:

Decreto - 51.110 - Decisão garante a transexuais e travesti serem chamados pelos nomes que adotaram, e não pelo que foram registrados;

Lei 10.948- favorece o transexual ou travesti a escolherem qual banheiro utilizar nas escolas e Universidades.

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/seguranca_urbana/noticias/?p=199678

Prefeito de São Paulo considera artificial' a atual crise econômica

O prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, afirmou que o embate político está postergando a retomada do crescimento do país. Durante sua participação na abertura do seminário da Fundação Perseu Abramo, do PT, que ocorre no Rio, Haddad classificou a atual crise econômica de artificial, pois é retroalimentada pela crise política. Em sua opinião, o “Brasil está cheio de oportunidades”, mas os empresários esperam o cenário político se estabilizar para fazer investimentos. “Sabendo disso, a oposição não deixa o quadro político se estabilizar, pois representaria a retomada do crescimento”, disse. Numa fala que demonstra apoio às teses defendidas pelo partido, em reunião do diretório nacional do PT ao longo do dia, Haddad afirmou que “não haverá ajuste fiscal suficiente enquanto não houver a retomada do crescimento”. “O ajuste não tem que vir primeiro”, disse. “Precisamos debelar essa crise política, não acuar. E buscar ponto de apoio para o crescimento. E estou convencido de que o ponto de apoio para isso é o investimento nas cidades”, acrescentou.

<http://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/economia/2016/02/26/prefeito-de-sao-paulo-considera-artificial-a-atual-crise-economica.htm>

Para colocar em prática as ações e campanhas que realiza, a Rede Nossa São Paulo conta com o apoio profissional de sua secretaria-executiva. Sediada no bairro de Pinheiros, tem como atribuições principais a coleta dos indicadores e a atualização do Observatório Cidadão, a articulação dos GTs temáticos e regionais, a organização e a logística dos eventos, a coordenação dos processos de comunicação, o desenvolvimento e a manutenção deste portal e o gerenciamento administrativo dos recursos.

A secretaria-executiva está formalizada na figura jurídica do Instituto São Paulo Sustentável (ISPS), associação sem fins lucrativos que recebeu a qualificação de OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público).

São as seguintes as finalidades do Instituto:

- A coordenação de ações administrativas de coleta de dados e informações para municiar trabalhos de mobilização cívico-social;
- O apoio a movimentos, iniciativas, projetos e programas que promovam o desenvolvimento sustentável, econômico, social e ambiental urbano, em especial da cidade de São Paulo;
- A promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;
- A realização de estudos e pesquisas que digam respeito às atividades supramencionadas.

Em reuniões de planejamento estratégico, realizadas a partir de 2010, foram detalhadas as seguintes atribuições da secretaria executiva:

1. Operacionalizar os quatro eixos básicos da Rede: (1) Pesquisar, Sistematizar, Editar e Divulgar Indicadores/Metas/Propostas de Políticas Públicas e Pesquisas de Opinião/Percepção Públicas e disponibilizá-las ao 2) Acompanhamento Cidadão por meio do Observatório / Site, demais instrumentos de divulgação da sociedade civil e da mídia em geral; Executar campanhas, ações e encaminhamentos de 3) Mobilização e 4) Educação cidadãs;

2. Encaminhar as ações e propostas deliberadas pelo Colegiado de Apoio, Inter-GTs e GTs;

3. Construir a agenda institucional da Rede NSP nas relações com os Poderes Públicos, Sociedade Civil, Empresas, Universidades, Mídia, Redes Brasileira e Latino-americana por Cidades Justas e Sustentáveis e de todas as reuniões de instâncias da Rede NSP (Colegiado, Inter-GTs e GTs) em consonância com os atores envolvidos;

5. Fornecer apoio logístico e operacional aos GTs e demais instâncias ou eventos da Rede Nossa São Paulo; disponibilizar as atas e outras informações e/ou documentos solicitados pelas instâncias;

6. Elaborar e/ou editar os conteúdos do site da RNSP;

7. Relacionar-se cotidianamente com os meios de comunicação, alimentando-os com informações qualificadas originadas na RNSP ou nas organizações que o compõe, divulgando indicadores, pesquisas, propostas e fatos relevantes para a sociedade civil, políticas públicas etc;

8. Captar e administrar os recursos financeiros na RNSP ; publicar periodicamente os balancetes no Site da RNSP;

9. Acompanhar a agenda do Poder Executivo, da Câmara Municipal, o Diário Oficial do Município, o Site do Programa de Metas da Prefeitura e manter as instâncias da RNSP informadas.

Para tanto, conta com o apoio financeiro de empresas privadas, de diversos segmentos e áreas de atuação, que contribuem com investimentos em dinheiro ou doações de equipamentos.

Programa Cidades Sustentáveis (PCS)

Desde agosto de 2011 o Instituto São Paulo Sustentável assumiu também a secretaria executiva do Programa Cidades Sustentáveis (PCS), iniciativa realizada em conjunto com o Instituto Ethos e a Rede Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis. Com isso, tem a responsabilidade de coordenar a mobilização e a comunicação do PCS e é responsável pela administração das despesas e receitas geradas pelas atividades relacionadas ao Programa.

O Programa Cidades Sustentáveis é apartidário e tem o objetivo de sensibilizar, mobilizar e oferecer ferramentas para que as cidades brasileiras se desenvolvam de forma econômica, social e ambientalmente sustentável. Para enfrentar esse grande desafio, envolve cidadãos, organizações sociais, empresas e governos.

O Programa oferece aos gestores públicos uma agenda completa de sustentabilidade urbana, um conjunto de indicadores associados a esta agenda, enriquecida por casos exemplares nacionais e internacionais como referências a serem perseguidas pelos gestores públicos municipais. É complementado por uma campanha que tenta sensibilizar os eleitores a escolher a sustentabilidade como critério de voto e os candidatos a adotar a agenda da sustentabilidade.



O prefeito que se comprometer com o programa terá que estabelecer metas para a sua gestão para melhorar um conjunto de indicadores básicos, mínimos, fundamentais para o desenvolvimento sustentável da cidade. Após as eleições os municípios serão acompanhados e apoiados no seu compromisso com a sustentabilidade.

Desde o início da mobilização pelo País, em dezembro de 2011, centenas de eventos foram realizados em cidades por todo o País e também centenas de candidatos às eleições municipais de 2012 e diversos partidos políticos e prefeitos eleitos registraram oficialmente seu compromisso com o Programa. A lista atualizada está disponível no site www.cidades sustentaveis.org.br.

<http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/isps>

2 CONTROLE SOCIAL DA CIDADE DE SÃO PAULO: TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL.

Despesas Anuais



O gráfico acima apresenta a evolução anual das despesas da Prefeitura do Município de São Paulo e é atualizado diariamente. Em azul estão os valores empenhados (recursos reservados para pagamentos); em laranja, os valores liquidados (recursos comprometidos para pagamentos); e em vermelho os valores pagos (recursos efetivamente gastos, descontadas eventuais multas, por exemplo). Para informações mais detalhadas e dados em tempo real, acesse o menu “Contas > Despesas” (acima) ou clique no gráfico.

Controle Social

O que é Controle Social?

A Constituição Federal de 1988 consagrou o princípio democrático da participação social e, cada vez mais, os governos têm sido desafiados a institucionalizar processos e a estabelecer canais mais efetivos para que os cidadãos tomem parte das decisões sobre as políticas públicas. Além de ser um princípio constitucional e um direito, em si, a participação social também é tida como importante fator de aperfeiçoamento da gestão pública.

No entanto, a participação e o controle social só são possíveis em um ambiente em que estejam assegurados o acesso à informação e a transparência das ações governamentais. Por isso, a recente promulgação da Lei de Acesso à Informação (LAI – Lei nº 12.527/2011) e sua regulamentação nos níveis subnacionais são um marco nesse processo.

A Controladoria Geral do Município (CGM), órgão que tem entre suas atribuições a promoção da transparência na cidade e a implementação da LAI no âmbito municipal, tem importante papel na disseminação junto à sociedade civil e ao próprio governo das possibilidades instituídas a partir da nova legislação.



Como a sociedade pode participar desse controle?

Existem muitas formas de se envolver e acompanhar a política municipal: conselhos, conferências, audiências e consultas públicas. Além disso, o cidadão e a cidadã têm disponíveis algumas ferramentas para acompanhar atos da gestão e dados sobre as políticas públicas.

Portal da Transparência

Visitando transparencia.prefeitura.sp.gov.br, é possível consultar a prestação de contas da Prefeitura de São Paulo. No Portal da Transparência estão reunidas informações como valores de contratos, listas de empresas conveniadas, planejamento de gastos, dados sobre as Subprefeituras e outras informações sobre as entidades da administração indireta.

Orçamento São Paulo 2014

O site www.camara.sp.gov.br oferece informações sobre a Lei Orçamentária Anual da cidade de São Paulo para o ano de 2014. Como a Câmara dos Vereadores paulistanos também precisará aprovar o Plano Plurianual, que referencia os investimentos dos próximos quatro anos, o site acompanhará a tramitação dos dois projetos, divulgando a agenda das reuniões e audiências públicas. Há ainda a relação do orçamento previsto para cada Subprefeitura e uma biblioteca com a legislação que embasa o debate sobre as duas Leis, assim como as propostas de emenda a elas apresentadas.

Sistema de Informação ao Cidadão (e-SIC)

O e-SIC é a versão online do Serviço de Informação ao Cidadão. O sistema gerencia o cadastro de usuários que enviam solicitações de informação para a administração municipal. O serviço também oferece instruções para a realização dos pedidos e uma seção para consulta da legislação que ampara a Lei de Acesso à Informação. Saiba mais: transparencia.prefeitura.sp.gov.br/acesso-a-informacao/Paginas/SIC.aspx

Café Hacker

Com a finalidade de aproximar pessoas e discutir boas ideias, os Cafés Hackers reúnem profissionais da Comunicação – jornalistas, programadores, pesquisadores – ou cidadãos interessados em conhecer dados e informações que estão sob guarda da Prefeitura de São Paulo, de um lado; e, por outro, servidores, técnicos e representantes do poder público que lidam cotidianamente com um grande volume de informações, mas nem sempre conhecem as necessidades e demandas da população que quer acessá-las. No blog cafehacker.sp.prefeitura.sp.gov.br está o registro de todas as edições já realizadas dos Cafés Hackers, em textos e vídeos, e a agenda com a previsão dos próximos eventos.

Planeja Sampa

O Portal do Planeja Sampa (planejasampa.prefeitura.sp.gov.br) é o ponto de encontro das atividades que integram o Ciclo Participativo de Planejamento e Orçamento, como consultas públicas, canais eletrônicos e outras estratégias de participação. Trata-se de um canal eletrônico organizado pela Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão (Sempla) que promove a interação permanente entre poder público e sociedade civil.

Gestão Urbana

Para dialogar com os cidadãos em busca de um planejamento participativo, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU) vem desenvolvendo o site Gestão Urbana SP desde abril de 2013. No endereço gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br é possível encontrar informações sobre os projetos da Prefeitura em andamento; a agenda de atividades, com notícias e transmissões ao vivo; uma biblioteca que facilita o acesso de mecanismos de busca a arquivos e leis; e aplicações online para a colaboração com os projetos, que permitem o envio de propostas, indicação de problemas e soluções para a cidade.

HABISP.Plus

Este é o Sistema de Informações para Habitação Social na Cidade de São Paulo (HABISP). Consultando www.habisp.inf.br, é possível conferir o andamento das obras em curso no município, além do planejamento habitacional para os próximos quatro anos. O HABISP.plus oferece um mapa alimentado diariamente por técnicos de diferentes áreas, coordenadas pela Assessoria Técnica de Planejamento e Pesquisa da Secretaria Municipal de Habitação (SMH), e agrega os dados das obras, com a possibilidade de estudos temáticos (por layers - camadas distintas de informações) e estudos ainda mais aprofundados.

Conselhos

Organizados em tornos das pautas mais significativas para a cidade, os conselhos são compostos por membros da administração municipal e de setores da sociedade civil organizada, que periodicamente se reúnem para avaliar, apresentar sugestões e, em alguns casos, deliberar sobre a formulação e a implantação de políticas públicas. Também é possível acompanhar esses importantes espaços de controle social! Confira abaixo a lista dos conselhos existentes na cidade.

Legislação sobre Transparência

DECRETO 54.779, DE 22 DE JANEIRO DE 2014

Promove alterações no Decreto 53.623/2012, estabelecendo procedimentos e outras providências correlatas para garantir o direito de acesso à informação; também institui o Catálogo Municipal de Bases de Dados - CMBD.

DECRETO Nº 53.623, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

Regulamenta a lei federal 12527, de 18 de novembro de 2011, estabelecendo procedimentos para garantir o direito de acesso à informação.

DECRETO Nº 50.675, DE 19 DE JUNHO DE 2009

- Altera o Decreto nº 50.514, de 20 de março de 2009, que dispõe sobre providências para assegurar a transparência no âmbito da Administração Municipal Direta e Indireta.

DECRETO Nº 50.542, DE 3 DE ABRIL DE 2009

- Dá nova redação ao artigo 10 do Decreto nº 50.514, de 20 de março de 2009, que dispõe sobre providências para assegurar a transparência no âmbito da Administração Municipal Direta e Indireta.

